

VISÃO DOS MUNICÍPIES ACERCA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA IMPLEMENTADAS NA CRACOLÂNDIA DOS BAIRROS SANTA IFIGÊNIA E CAMPOS ELÍSEOS, SÃO PAULO (ST10)

João Alexandre Paschoalin Filho

Programa de Mestrado e Doutorado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis – Universidade Nove de Julho |
paschoalinfilho@yahoo.com

Cipriano Santos da Silva

Programa de Mestrado e Doutorado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis – Universidade Nove de Julho o |
ciprianosantos@uni9.edu.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: A pesquisa analisa a situação da Cracolândia nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, em São Paulo, e explora vulnerabilidades sociais e propostas de soluções para a drogadição, desafio constante para o poder público. O objetivo é apresentar um panorama sobre dependentes químicos e as consequências da dependência, destacando a atuação governamental e a visão dos moradores sobre as políticas de segurança até então adotadas. A metodologia abrangeu revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com moradores e trabalhadores locais, e análise de conteúdo pelo software Iramuteq. Os resultados evidenciam a visão dos residentes sobre criminalidade e iniciativas governamentais, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes. Conclui-se que estratégias integradas em saúde, assistência social e planejamento urbano são essenciais para resolver os problemas de segurança e exclusão social na região, no intuito de promover um ambiente urbano mais inclusivo e seguro.

Palavras-chave: Cracolândia; Drogadição; Políticas Públicas; Segurança Urbana; Planejamento Urbano.

RESIDENTS' PERSPECTIVE ON SECURITY POLICIES IMPLEMENTED IN THE CRACOLÂNDIA AREA OF THE SANTA IFIGÊNIA AND CAMPOS ELÍSEOS NEIGHBORHOODS, SÃO PAULO

Abstract: *The research analyzes the situation in Cracolândia, located in the neighborhoods of Santa Ifigênia and Campos Elíseos, São Paulo, exploring social vulnerabilities and proposed solutions for drug addiction, a constant challenge for public authorities. The objective is to provide an overview of substance-dependent individuals and the consequences of addiction, highlighting governmental actions and residents' perceptions of the security policies implemented so far. The methodology included a literature review, semi-structured interviews with residents and local workers, and content analysis using Iramuteq software. Results reveal residents' views on crime and government initiatives, underscoring the need for more effective public policies. It concludes that integrated strategies in health, social assistance, and urban planning are essential to address security and social exclusion issues in the area, aiming to promote a safer, more inclusive urban environment.*

Keywords: *Cracolândia; Drug Addiction; Public Policies; Urban Security; Urban Planning*

PERSPECTIVA DE LOS RESIDENTES SOBRE LAS POLÍTICAS DE SEGURIDAD IMPLEMENTADAS EN EL ÁREA DE CRACOLÂNDIA EN LOS BARRIOS DE SANTA IFIGÊNIA Y CAMPOS ELÍSEOS, SÃO PAULO

Resumen: *La investigación analiza la situación de la Cracolândia en los barrios de Santa Ifigênia y Campos Elíseos, en São Paulo, explorando vulnerabilidades sociales y propuestas de solución para la drogadicción, un desafío constante para el poder público. El objetivo es presentar un panorama sobre las personas con dependencia química y las consecuencias de la adicción, destacando la actuación gubernamental y la percepción de los residentes sobre las políticas de seguridad adoptadas hasta ahora. La metodología incluyó una revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas con residentes y trabajadores locales, y un análisis de contenido mediante el software Iramuteq. Los resultados evidencian la visión de los residentes sobre la criminalidad y las iniciativas gubernamentales, subrayando la necesidad de políticas públicas más eficaces. Se concluye que estrategias integradas en salud, asistencia social y planificación urbana son esenciales para resolver los problemas de seguridad y exclusión social en la región, promoviendo un ambiente urbano más inclusivo y seguro.*

Palabras clave: *Cracolândia; Drogadicción; Políticas Públicas; Seguridad Urbana; Planificación Urbana.*

INTRODUÇÃO

A Cracolândia, localizada nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, no centro de São Paulo, representa um dos maiores desafios tanto para o planejamento urbano quanto para as políticas públicas da cidade. Originalmente planejadas para abrigar moradias e comércios, essas áreas passaram por uma degradação significativa ao longo das décadas, transformando-se em um epicentro de criminalidade e uso de drogas. A Cracolândia, hoje, é um símbolo de exclusão social, estigmatização e marginalização de seus frequentadores, criando uma identidade deteriorada e invisível aos olhos de grande parte da sociedade.

A complexidade do problema envolve múltiplos aspectos, como segurança pública, saúde, assistência social e urbanismo. As políticas públicas até agora implementadas têm sido insuficientes para enfrentar a totalidade da situação. A abordagem predominante, marcada por ações de repressão policial e higienização urbana, resulta principalmente no deslocamento temporário dos usuários de drogas, sem abordar as causas estruturais da marginalização e da dependência química. Essa abordagem punitiva, aliada ao déficit de políticas de acolhimento eficazes, agrava a vulnerabilidade das populações locais, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão. Esse ciclo revela uma clara falha nas políticas públicas de planejamento urbano, que não conseguem fornecer uma estrutura adequada de suporte social e saúde, essencial para lidar com as complexidades da região.

Diante desse cenário, a pesquisa se concentra na análise da percepção dos munícipes sobre as políticas de segurança e urbanismo adotadas na região da Cracolândia. O objetivo é compreender como os moradores e trabalhadores locais avaliam as ações governamentais e identificar os principais fatores que perpetuam a problemática urbana e social. Além disso, busca-se explorar alternativas que integrem políticas de segurança com estratégias de saúde pública, assistência social e revitalização urbana, sugerindo que uma visão unificada entre as áreas é necessária para resolver a situação de maneira sustentável.

Um ponto central abordado é a percepção dos munícipes em relação às políticas de segurança e ao impacto da falta de planejamento urbano adequado. A utilização do software Iramuteq para análise de entrevistas semiestruturadas permitiu identificar percepções de insegurança e destacar a insuficiência das ações de assistência social e reintegração. A maior parte dos entrevistados considera as políticas atuais falhas, não apenas por seu caráter repressivo, mas também por não promoverem mudanças estruturais que incluam a revitalização dos espaços públicos e a criação de oportunidades para as populações marginalizadas.

Os resultados indicam que a percepção dos moradores é de insegurança contínua e de carência de políticas públicas mais abrangentes, que combinem a segurança com a inclusão social. A falta de uma visão integrada no planejamento urbano tem contribuído para a exclusão de grupos vulneráveis e para a perpetuação da marginalização na região. A pesquisa sugere que as políticas públicas devem ser mais participativas e coordenadas, envolvendo não apenas a repressão policial, mas também políticas de assistência social que auxiliem na ressocialização e reintegração dos dependentes químicos. A revitalização urbana deve ser um

componente central dessas políticas, criando espaços públicos acolhedores, com serviços de saúde e assistência adequados às necessidades locais.

A análise reforça a necessidade de uma abordagem integrada entre diferentes esferas do governo, destacando que as soluções para a Cracolândia não podem ser limitadas a ações de curto prazo, como a repressão. Políticas urbanas de longo prazo, que incluam o desenvolvimento de infraestrutura urbana voltada para a inclusão social e a oferta de serviços básicos de saúde e educação, são fundamentais para romper o ciclo de exclusão. As estratégias de ressocialização e reintegração dos dependentes químicos são vistas como essenciais para transformar a realidade da Cracolândia, evidenciando a importância de intervenções urbanísticas e sociais que trabalhem juntas.

Este estudo preenche uma lacuna na literatura ao oferecer uma análise abrangente sobre as políticas públicas de segurança e urbanismo na Cracolândia, com base na percepção dos municípios. A pesquisa ressalta a importância de uma abordagem integrada e humanizada para enfrentar os problemas dessa área, mostrando que soluções eficazes passam pela reestruturação dos espaços públicos e pela adoção de políticas públicas inclusivas. O envolvimento da comunidade e a consideração das complexidades locais são elementos chave para a formulação de políticas que possam realmente transformar a realidade urbana e social da Cracolândia.

REVISÃO DE LITERATURA

A discussão da problemática que envolve a Cracolândia consiste em um assunto complexo e já foi abordada por diversos autores, tais como Filgueiras et al. (2019), Silva (2022), Jesus (2020), Medeiros et al. (2023) e Collier (2020). Dessa forma, tendo em vista os artigos consultados e seus diferentes prismas de análise, a revisão de literatura foi dividida em cinco eixos específicos: a) Políticas Públicas; b) Atuação Pública; c) Assistência Social; d) Planejamento Urbano; e e) Segurança Pública. A seguir, são apresentadas considerações acerca de cada um desses eixos:

2.1 EIXO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS

A população em situação de rua é uma das principais preocupações do poder público municipal, responsável pela gestão, regulação e fiscalização do território urbano (Filgueiras et al., 2019). Essas pessoas ocupam diferentes espaços urbanos, como vias públicas, praças, viadutos, marquises e terrenos abandonados, muitas vezes causando impactos na circulação de pedestres e veículos devido à presença de seus pertences, como carrinhos de supermercado, papelões e objetos recicláveis (Filgueiras et al., 2019).

A Cracolândia, localizada no centro de São Paulo, é um exemplo emblemático dos desafios urbanos relacionados ao uso de drogas e à marginalização social. Apesar de diversas intervenções dos governos municipal e estadual ao longo dos anos, a região permanece um

foco de políticas de segurança e saúde pública, com ênfase na repressão policial, o que tem se mostrado insuficiente para resolver as causas estruturais que mantêm o problema (Filgueiras et al., 2019).

O uso disseminado do crack na região traz à tona a necessidade de intervenções mais amplas e integradas, que incluam ações urbanísticas e sociais. No entanto, a maioria das ações executadas até o momento tem recaído sobre as forças de segurança, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana, enquanto os aspectos de saúde pública são frequentemente negligenciados (Filgueiras et al., 2019). A Cracolândia é muitas vezes tratada como uma questão de segurança pública, quando deveria ser abordada principalmente como um problema de saúde pública.

A presença de pessoas em situação de rua e o uso de drogas em espaços públicos têm sido fatores de estigmatização, associando essas populações ao crime e à dependência química. No entanto, as causas desse fenômeno são diversas, incluindo vulnerabilidades econômicas, rupturas familiares e problemas de saúde mental (Jesus, 2020). Esses fatores complexos exigem uma abordagem integrada que considere não apenas a repressão, mas também políticas urbanas de acolhimento e reintegração social.

A região da Cracolândia, historicamente conhecida como "Boca do Lixo", sempre esteve associada a atividades informais e ilegais. A partir da década de 1990, o local consolidou-se como um dos principais pontos de uso e comércio de crack, o que intensificou as intervenções do poder público e o reforço da repressão policial (Medeiros et al., 2023).

Apesar da oferta de abrigos pela prefeitura de São Paulo, muitos usuários de drogas evitam esses locais devido às restrições impostas, como a proibição do uso de substâncias psicoativas. Essa realidade transformou os dependentes químicos em alvos de políticas públicas de saúde e segurança, com a criação de um sistema de hospitais e comunidades terapêuticas voltado à abstinência. No entanto, esse sistema tem sido criticado por priorizar o lucro e o aumento de internações, em detrimento da qualidade do atendimento e da busca por soluções efetivas para a reinserção social (Collier, 2020).

A revisão desse panorama sugere que, para enfrentar os desafios urbanos e sociais da Cracolândia, é necessário reavaliar as políticas públicas e investir em soluções que integrem saúde pública, assistência social e planejamento urbano, promovendo a ressocialização dessas populações e revitalizando os espaços públicos de forma inclusiva e sustentável.

2.2 EIXO 2 – ATUAÇÃO PÚBLICA

Ao caminhar pela região da Cracolândia, a sensação é de se adentrar em uma realidade paralela, onde o estranhamento diante do cenário é inevitável. Conforme apontado por Medeiros et al. (2023), os cidadãos que transitam por essa área frequentemente temem ser vítimas de assaltos ou abordagens por pessoas em situação de rua, muitas vezes pedindo dinheiro ou comida. De acordo com o Censo da População de Rua de 2021, realizado pela

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, a cidade abriga cerca de 31.884 pessoas em situação de rua, das quais 80,7% são homens e 16% são mulheres, predominantemente na faixa etária de 31 a 49 anos. Os principais motivos apontados para a situação de rua incluem conflitos familiares (50%), uso de drogas (33%) e desemprego (13%).

A Cracolândia, por abrigar uma população predominantemente formada por dependentes químicos, especialmente usuários de crack, tornou-se objeto de reportagens sensacionalistas que generalizam e estigmatizam o espaço e seus frequentadores (Collier, 2020). Na mídia e na opinião pública, a região é amplamente associada à criminalidade e ao tráfico de drogas, enquanto pouco se discute sobre estratégias eficazes para melhorar as condições de vida das pessoas que habitam essa área (Medeiros et al., 2023).

A narrativa midiática constrói uma imagem dos habitantes da Cracolândia como indivíduos ligados exclusivamente à ilegalidade e ao vício, ignorando os fatores sociais subjacentes, como a pobreza e a falta de apoio familiar (Liesenber; Scabin, 2020). Rui et al. (2016) caracteriza a Cracolândia como um bazar onde "tudo vira pedra, e pedra vira tudo", uma metáfora para o comércio desenfreado de crack. Frequentemente referidos na cobertura jornalística como parte do "fluxo", os usuários de crack são retratados como indivíduos desterritorializados, sem identidade, que não pertencem às dinâmicas urbanas formais (Liesenber; Scabin, 2020). Essa desumanização contribui para a perpetuação do estigma social, com os usuários de crack frequentemente sendo descritos como "zumbis" ou "mortos-vivos" (Bocafoli; Santos, 2023).

O termo "nóias" é amplamente utilizado em São Paulo para se referir aos usuários mais frequentes e problemáticos da Cracolândia, especialmente no "fluxo", uma zona densa de interações e movimentos que remete ao cenário caótico e multifacetado da região (Duarte, 2023). Embora o Estado tenha tentado enfrentar o problema por meio de ações de repressão e limpeza urbana, essas abordagens não conseguiram reduzir o consumo de drogas nem melhorar as condições de vida dos usuários. Ao contrário, o estigma foi reforçado, e o acesso a serviços essenciais tornou-se ainda mais limitado (Duarte, 2023).

Camargo et al. (2022) destacam que a falta de políticas públicas eficazes, somada à pobreza e à exclusão social, exacerba a vulnerabilidade enfrentada pelas pessoas em situação de rua. O planejamento urbano, nesse contexto, precisa incorporar estratégias mais inclusivas que contemplem a complexidade do fenômeno e promovam soluções que integrem saúde pública, habitação e inclusão social de forma sustentável.

2.3 EIXO 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A questão do uso de drogas em espaços públicos está intimamente ligada a questões sociais complexas, como a pobreza, o aumento da população em situação de rua, a vulnerabilidade social e o preconceito (Bocafoli; Santos, 2023). Essas questões convergem na Cracolândia,

formando um cenário de exclusão social, no qual o estigma relacionado às características físicas e comportamentais dos usuários é intensificado pela imagem negativa construída pela sociedade. Essa estigmatização torna a condição cidadã dos indivíduos praticamente invisível aos olhos da sociedade (Bocafoli; Santos, 2023).

A verdadeira identidade dos usuários é ocultada sob o peso de uma identidade virtual deteriorada, que os associa à "sujidade" física, indisciplina, falta de controle, irresponsabilidade e delinquência. Essa visão discriminatória leva diversas instituições, especialmente as relacionadas ao trabalho, à educação, e até mesmo à família, a rejeitar essas pessoas. Isso reforça a condição de extrema "pobreza social" vivida pelos dependentes químicos (Bocafoli; Santos, 2023).

A Cracolândia pode ser pensada como uma zona de vulnerabilidade, onde a trajetória de vida dos usuários é marcada por ciclos de recuperação, recaídas e novas tentativas de reabilitação (Bocafoli; Santos, 2023). No entanto, faltam políticas e dispositivos sociais eficazes que protejam não apenas dos efeitos do uso de drogas, mas também das situações de vulnerabilidade, como a falta de emprego, renda e apoio social, que são fatores determinantes para o abuso de substâncias (Bocafoli; Santos, 2023).

Embora a situação desses indivíduos seja grave, ela não é irreversível. Instituições de apoio que oferecem acolhimento sem reforçar o estigma social podem ajudar a resgatar a cidadania e promover uma nova subjetividade para essas pessoas, permitindo que elas reconstruam suas vidas e recuperem sua dignidade (Bocafoli; Santos, 2023).

Para oferecer um cuidado integral à população em situação de rua, é essencial que haja acolhimento, escuta e criação de vínculos, valorizando a especificidade de cada indivíduo por meio de uma abordagem humanizada e dialógica (Camargo et al., 2022). No tratamento dos dependentes químicos, organizações não governamentais (ONGs) têm utilizado internações como estratégia de recuperação. A triagem inicial, com duração de 60 dias em regime de semi-internato, é crucial para criar uma imagem positiva do indivíduo e ajudá-lo a reconhecer sua condição física e psicológica, preparando-o para o tratamento (Exner et al., 2019).

A Redução de Danos (RD), uma estratégia criada na Europa, é amplamente utilizada para mitigar os efeitos do uso de substâncias sem exigir a abstinência completa. Essa abordagem se baseia no princípio de que os usuários são os melhores avaliadores de suas necessidades e escolhas, e as intervenções devem ser feitas levando em consideração o autocuidado e a melhoria da qualidade de vida (Collier, 2020).

Contudo, a RD enfrenta desafios ao ser implementada como política pública. Embora se apresente como uma estratégia pragmática para minimizar os danos à saúde, ela muitas vezes esbarra em limitações para promover uma intervenção crítica e transformadora, que

possa enfrentar os processos de estigmatização enfrentados pelos usuários (Camargo et al., 2022).

Na Cracolândia, a pobreza e a exclusão social são evidentes, especialmente nas ruas Helvétia, Gusmões e Guaianases, onde se acumulam lixo, materiais recicláveis e restos de comida. A cena de pessoas deitadas em meio a tudo isso, tentando se alimentar, reflete a degradação das condições de vida e a urgência de políticas públicas eficazes (Camargo et al., 2022).

O programa "De Braços Abertos" exemplifica uma tentativa de enfrentamento ao problema, adotando uma abordagem de redução de danos que visa garantir moradia, alimentação e trabalho para pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas. O programa busca respeitar o ritmo de cada indivíduo, oferecendo uma oportunidade de reinserção social, ao mesmo tempo em que proporciona cuidados de saúde e acesso a serviços essenciais (Pinheiro, 2019).

No contexto do planejamento urbano, a abordagem territorial é fundamental para entender os fenômenos sociais e institucionais presentes na Cracolândia. Esse enfoque permite definir diagnósticos mais precisos e implementar políticas públicas eficazes que promovam a inclusão e a reintegração dos indivíduos marginalizados (Silva, 2022). As políticas de Redução de Danos, quando integradas ao planejamento urbano, podem ajudar a transformar a realidade local, abordando não apenas o uso de drogas, mas as condições socioeconômicas e de saúde da população.

2.4 EIXO 4 – PLANEJAMENTO URBANO

A cidade de São Paulo, com seu caráter cosmopolita, atrai pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo por diferentes motivos, como estudos, trabalho, laços afetivos ou afastamento de conflitos. A região central, em especial, é considerada um local atrativo para moradia devido à sua infraestrutura, proximidade aos centros de trabalho e facilidade de locomoção. Contudo, muitas pessoas não conseguem se estabelecer na área central devido ao elevado custo de vida. A cidade enfrenta um enorme déficit habitacional, estimado em 368 mil novas moradias, além de aproximadamente 830 mil domicílios localizados em assentamentos precários, segundo o Plano Municipal de Habitação de 2016. Ao mesmo tempo, o centro da cidade possui muitos imóveis abandonados, seja por falta de manutenção ou por especulação imobiliária, aguardando valorização (Spiess, 2020).

Desde os anos 2000, o bairro Campos Elíseos, parte do centro paulistano, tem sido alvo de intervenções urbanísticas lideradas tanto pelo setor público quanto pelo privado, usando a questão do uso de drogas ao ar livre como justificativa para promover ações de "revitalização urbana". Essas intervenções resultaram na expulsão de moradores, frequentadores da

Cracolândia e trabalhadores informais, entre outros que têm uma relação cotidiana com o território (Fogaça, 2019).

Petrella e Pereira (2017) destacam que os agentes envolvidos na produção do espaço, por meio dos planos urbanos, contribuem para a valorização imobiliária, criando um conflito com os antigos moradores. Até 2012, poucas políticas públicas eram voltadas para essa região. Contudo, a partir da "Operação Sufoco", uma intervenção policial violenta, o cenário mudou, e a área passou a ser alvo de várias políticas públicas (Spiess, 2020).

As ocupações urbanas, além de atenderem à necessidade de moradia, expõem o vazio urbano e a especulação imobiliária. Elas demonstram que é possível viabilizar habitações em áreas urbanizadas com infraestrutura, coleta seletiva e, acima de tudo, mobilidade urbana, entendida não apenas como transporte, mas também como acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e trabalho (Spiess, 2020).

O direito à moradia é fundamental tanto do ponto de vista constitucional quanto no que tange à dignidade humana. Desde a década de 1970, foram elaborados 12 planos para a região central, entre eles, o Plano de Renovação Urbana, Projeto Nova Luz e o Projeto de Intervenção Urbana Campos Elíseos. Esses planos trouxeram melhorias para espaços culturais como a Pinacoteca do Estado e a Sala São Paulo, mas falharam em resolver o déficit habitacional (Alves; Pereira, 2021).

Entre 2013 e 2016, durante a gestão de Fernando Haddad, houve uma mudança significativa com a implementação do programa "De Braços Abertos", focado na redução de danos e no atendimento à população em situação de rua. No entanto, a região segue marcada pelo confronto entre o Estado, que busca controlar os usuários de drogas, e as forças de especulação imobiliária (Camargo et al., 2022).

O histórico de remoções na Luz e na Cracolândia reflete a inadequação das políticas públicas para populações vulneráveis. Embora ações de higienização e "revitalização" tenham sido realizadas, o fluxo de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas permanece (Camargo et al., 2022). O Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Setor Central, abrangendo 2.089 hectares, visa atender à demanda habitacional de famílias de baixa renda, utilizando imóveis subutilizados e promovendo parcerias público-privadas para a produção de habitações de interesse social. O projeto também destina parte dos recursos arrecadados para preservação do patrimônio histórico e implementação de equipamentos públicos (Spiess, 2020).

Diante das falhas das intervenções anteriores, o planejamento urbano da Cracolândia precisa adotar uma abordagem que privilegie a inclusão social e a requalificação sustentável dos espaços públicos. O foco deve ser a criação de espaços públicos inclusivos e acolhedores, promovendo a revitalização de áreas degradadas por meio de intervenções urbanísticas que incentivem a ocupação saudável dos espaços. A requalificação urbana pode envolver a recuperação de imóveis abandonados para habitação popular, o desenvolvimento de áreas de

lazer e cultura, e a melhoria da infraestrutura, como iluminação pública e transporte. Além disso, a criação de polos econômicos e culturais pode atrair novos públicos e estimular a economia local, gerando oportunidades de emprego e renda para as populações vulneráveis. Essas intervenções precisam estar articuladas com políticas de segurança, saúde e assistência social para garantir que as transformações urbanas sejam sustentáveis e capazes de incluir as pessoas mais marginalizadas.

2.5 EIXO 5 – SEGURANÇA PÚBLICA

Alves e Pereira (2021) analisam as operações policiais na Cracolândia desde a década de 1990, destacando que discursos de "limpeza" urbana e revitalização são frequentemente utilizados para justificar a expulsão de moradores e frequentadores da região, substituindo-os por populações de maior poder aquisitivo. Esses discursos desconsideram a complexidade da questão, recorrendo à violência, encarceramento e internação compulsória, demonstrando desprezo pelas vidas afetadas e revelando a verdadeira motivação por trás da chamada "guerra às drogas" (Alves; Pereira, 2021).

A concentração de usuários de crack em espaços públicos coincide com a presença do crime organizado. O Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que ganhou força após a posse de Mário Covas como governador de São Paulo, estabeleceu-se na Cracolândia em 2010, antes da demolição das casas no Beco Dino Bueno e Rua Helvétia. Essa área, antes ocupada pelo antigo Shopping Popular, tornou-se um ponto de tráfico e consumo de drogas (Alves; Pereira, 2023).

Apesar de localizada no bairro da Luz, a Cracolândia é constantemente deslocada devido a frequentes operações policiais (Piai, 2022). O espaço não é frequentado apenas por usuários de drogas, mas também por traficantes que se misturam à população local, muitas vezes alegando serem apenas usuários ao se depararem com a polícia (Rodrigues, 2020). Nessa área, a troca de mercadorias por drogas torna difícil distinguir entre o que é lícito e ilícito, reforçando a ideia de que o combate à Cracolândia é tratado como prioridade por sucessivas administrações, resultando em ações de repressão e políticas higienistas (Rodrigues, 2020).

Em 2009, sob as gestões de Gilberto Kassab e Geraldo Alckmin, foi adotada uma política repressiva de "guerra às drogas", que incluía prisões, fechamento de estabelecimentos de apoio e internações compulsórias. Isso gerou uma forte reação por parte de ativistas, da Defensoria Pública e do Ministério Público (Exner et al., 2019). Durante o governo de Fernando Haddad (2013-2016), a Cracolândia foi alvo de três diferentes políticas públicas: o Programa Crack: é possível vencer, o Programa Recomeço e o Programa De Braços Abertos (Rodrigues, 2020).

O Programa Crack: é possível vencer, lançado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff, buscava combater o uso de drogas por meio da prevenção, cuidado e autoridade. O Programa Recomeço, do governo estadual, promovia a abstinência como solução, financiando entidades

para o tratamento de dependentes químicos voluntários. Por outro lado, o Programa De Braços Abertos, da prefeitura de São Paulo, focava na redução de danos, oferecendo moradia, alimentação e trabalho como forma de reinserção social (Rodrigues, 2020).

O conflito entre essas diferentes abordagens tornou-se evidente na disputa pelos usuários da Cracolândia, com o programa municipal focando na redução de danos e o estadual na abstinência (Rodrigues, 2020). A tentativa de tratar os usuários com internações compulsórias foi rejeitada pelo Tribunal de Justiça em 2011, mas a política de abstinência seguiu em vigor, com a criação de centros de atendimento (Atendes) em locais estratégicos (Rodrigues, 2020).

Embora a maioria dos países adote políticas públicas baseadas na redução de danos, as Convenções Internacionais ainda criminalizam substâncias psicoativas. A ilegalidade dessas substâncias, muitas vezes, não está ligada a critérios objetivos de toxicidade ou potencial de dependência, o que ressalta a necessidade de criar alternativas de cuidado que superem a lógica da violência e da criminalização, reconhecendo os direitos dos usuários e sua posição na estrutura social (Carneiro, 2018; Collier, 2020).

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de casos múltiplos, com foco na situação de dois bairros do centro de São Paulo: Santa Ifigênia e Campos Elíseos. A abordagem é exploratória, com análises qualitativas e quantitativas. Para analisar as entrevistas conduzidas, foi utilizado um software específico baseado em cálculos estatísticos. A seguir, são apresentadas as etapas da pesquisa:

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

a) Revisão bibliográfica e documental: Por meio de uma revisão bibliográfica, foram selecionados estudos científicos relacionados a políticas públicas, assistência social, saúde, segurança e combate ao crime, ações sociais na Cracolândia e planejamento urbano no centro de São Paulo.

b) Elaboração e aplicação do roteiro de entrevista: Entrevistas foram realizadas com cidadãos dos bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia, incluindo comerciantes, moradores, pessoas em situação de vulnerabilidade e transeuntes. O roteiro de entrevista foi baseado no levantamento bibliográfico e incluiu questões específicas. Foram entrevistadas 15 pessoas de cada localidade, totalizando 30 entrevistas. Os entrevistados foram selecionados por conveniência dos pesquisadores, considerando aqueles que conhecem bem os problemas da região da Cracolândia, como comerciantes, donas de casa, estudantes universitários, funcionários públicos e de instituições privadas, dependentes químicos e representantes da sociedade civil. Na elaboração do roteiro, foram desenvolvidas 15 questões que tinham por

objetivo avaliar os impactos dos crimes, como furtos e roubos, e a eficácia das ações do poder público e das polícias na Cracolândia, além do papel das forças de segurança no combate ao uso indiscriminado de crack e à criminalidade.

CRITÉRIO DE ESCOLHA DAS RUAS DE CADA BAIRRO

Para as entrevistas, foi realizada uma análise dos índices de crimes na região por meio do site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Atualmente, o local conhecido como "Cracolândia" teve sua nomenclatura alterada no site da Secretaria, passando a ser denominado "Cenas Abertas de Uso". Essa mudança visa afastar a conotação pejorativa associada ao termo "Cracolândia", amplamente utilizado pela mídia e pela sociedade.

No site, é possível identificar o número de pessoas que frequentam as chamadas Cenas Abertas de Uso, especificando os dias e períodos, como matutino, vespertino e noturno. Também foi possível identificar a quantidade de usuários nos locais indicados. As ruas em que as entrevistas ocorreram foram: Santa Ifigênia: a) Conselheiro Nébias; b) Rua do Triunfo; c) Rua dos Andradas; d) Rua dos Gusmões; e) Rua dos Protestantes; f) Rua General Couto Magalhães; g) Rua Guaianases; h) Rua Vitória; Campos Elíseos: a) Alameda Cleveland; b) Alameda Dino Bueno; c) Rua Mauá. Outro critério de escolha das ruas foi a maior incidência de furtos e roubos entre 2018 e 2023.

REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Inicialmente, as entrevistas foram realizadas na região do bairro de Santa Ifigênia. Cinco entrevistados foram selecionados para cada rua com o maior número de usuários. Com base nas informações do *website* da Secretaria de Segurança Pública sobre o número de frequentadores das chamadas Cenas Abertas de Uso, a pesquisa foi iniciada na Rua dos Gusmões com Santa Ifigênia, seguida pela Rua dos Protestantes e concluída na Rua do Triunfo.

Posteriormente, as entrevistas foram conduzidas no bairro de Campos Elíseos. De maneira semelhante ao bairro de Santa Ifigênia, as entrevistas foram realizadas nas ruas com maior incidência de frequentadores das Cenas Abertas de Uso, conforme indicado no mapa da Figura 10. As entrevistas começaram na Avenida Rio Branco, seguiram para a Praça Princesa Isabel e foram concluídas na Rua Guaianases. Todas as entrevistas foram gravadas, e os nomes dos entrevistados foram mantidos em total anonimato. As gravações foram transcritas com o auxílio de uma ferramenta de software do Google Drive. As entrevistas ocorreram entre os dias 01/04/2024 e 15/04/2024, em turnos variados: matutino, vespertino e noturno.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para a análise de conteúdo, foi utilizado o programa computacional Iramuteq (Versão 0.7 Alpha 2), uma interface em R para análise multidimensional de textos e questionários de código aberto. “Dentre os vários softwares disponíveis, estão os de uso livre, que advêm de um movimento pelo compartilhamento do conhecimento tecnológico, baseado em princípios como liberdade de uso, cópia, modificações e redistribuição” (Souza et al., 2018). As seguintes análises foram conduzidas nesta pesquisa:

Análise de Similitude: Essa análise é semelhante a uma árvore, com palavras em suas ramificações próximas às palavras encontradas no conteúdo (Melo, 2017). Ela gera um gráfico que representa a ligação entre as palavras do corpus textual. Segundo Melo (2017), com base na teoria dos grafos, é possível identificar quantas vezes a palavra aparece no texto e sua relação com a estrutura da frase. Isso permite identificar os temas importantes por meio das ligações entre as palavras e auxilia o pesquisador a distinguir as partes comuns e não comuns entre os textos (Camargo; Justo, 2013).

Classificação Hierárquica Descendente (CHD): Essa análise distribui as palavras encontradas no texto em classes de acordo com suas temáticas comuns, resultando em dendrogramas (Melo, 2017). O objetivo é agrupar segmentos de texto com vocabulários semelhantes entre si e distintos das outras classes. Esta é uma das análises mais importantes do Iramuteq (Melo, 2017). O software analisa os segmentos de texto de maneira a identificar os vocabulários utilizados e as ideias transmitidas pelo corpus textual. A análise é feita por meio de lógica estatística, considerando a raiz das palavras lexicalmente.

RESULTADOS OBTIDOS

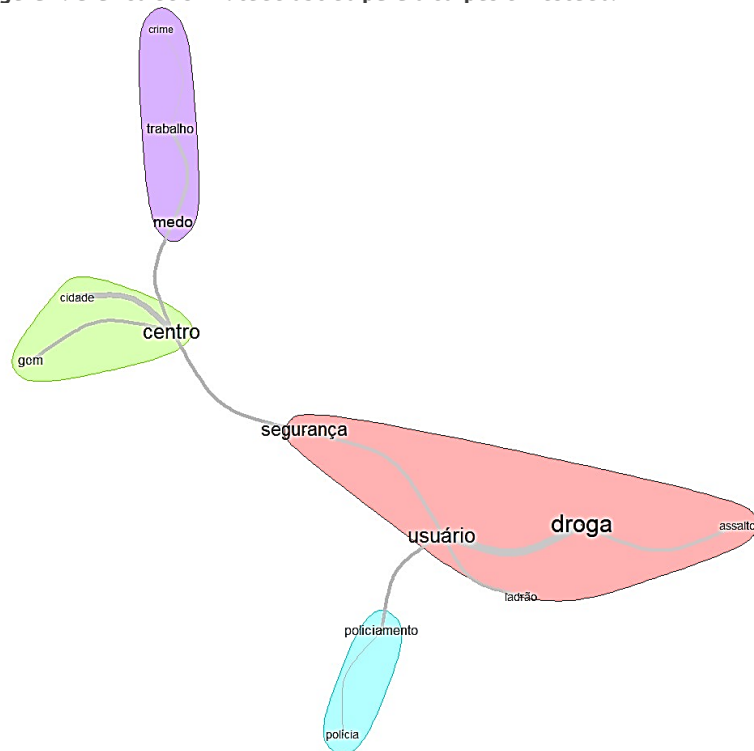
Ao todo, foram entrevistadas 30 pessoas, sendo 15 no bairro de Santa Ifigênia e 15 nos Campos Elíseos. Observa-se que 13,30% dos entrevistados afirmaram frequentar a região entre 1 e 10 anos, enquanto o mesmo percentual declarou frequentá-la entre 11 e 20 anos. Um grupo maior, representando 46,70%, relatou frequentar a região entre 21 e 30 anos, e 16,70% afirmaram fazê-lo entre 31 e 60 anos.

Quanto ao gênero dos entrevistados, 70% foram homens e 30% mulheres. Em relação à faixa etária, 10% têm entre 20 e 30 anos, 6,7% estão na faixa de 31 a 40 anos, 36,7% têm entre 41 e 50 anos, 30% têm entre 51 e 60 anos, e 16,7% têm entre 61 e 70 anos. Sobre o grau de escolaridade, 46% dos entrevistados afirmaram possuir ensino médio, enquanto 53,3% possuem ensino superior.

As análises indicam que a maioria dos entrevistados tem uma longa história de frequência na região e uma faixa etária variada, predominando os entrevistados entre 41 e 60 anos. Além disso, a escolaridade dos respondentes é relativamente alta, com mais da metade declarando possuir ensino superior.

Por meio da análise conduzida pelo Iramuteq, foi possível obter uma análise através de halos, ou seja, agrupamentos de acordo com a proximidade de significância entre as palavras, conforme pode ser observado a seguir, onde é apresentado o gráfico de similitude obtido para o corpus em estudo.

Figura 1. Gráfico de similitude obtido para o corpus em estudo.



Fonte: Os autores

Os dados apresentados revelam importantes percepções sobre a relação entre os usuários de drogas, a segurança no centro da cidade, e o papel das forças de segurança pública, como a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Polícia Militar. Essas percepções fornecem insights valiosos para a formulação de políticas públicas e o planejamento urbano, especialmente em regiões marcadas pela degradação social, como a Cracolândia.

Primeiramente, a análise das conexões entre as palavras "usuário", "droga", "segurança", "assalto" e "ladrão" indica que, para muitos entrevistados, não há uma associação direta e forte entre os usuários de drogas e a criminalidade violenta, como assaltos. As falas dos entrevistados refletem que, em geral, os usuários de drogas não são vistos como ladrões ou diretamente responsáveis pelos crimes violentos na região. Essa dissociação entre o uso de drogas e a insegurança percebida na área sugere que políticas públicas voltadas para o combate à criminalidade precisam ser mais precisas, evitando criminalizar os usuários de drogas indiscriminadamente. Em vez disso, as políticas devem abordar os problemas subjacentes ao uso de substâncias, como a exclusão social e a dependência química.

Além disso, os dados mostram que há uma preocupação generalizada com a segurança no centro da cidade, especialmente relacionada aos furtos e roubos. A ligação entre "centro" e

"segurança", e os sentimentos de "medo" expressos pelos moradores, reforçam a necessidade de um planejamento urbano que promova ambientes mais seguros e bem monitorados. Aqui, as políticas públicas de segurança precisam ser integradas ao planejamento urbano para criar espaços que desestimulem o crime. Iluminação adequada, maior presença de vigilância e o desenvolvimento de atividades econômicas e culturais que atraiam diferentes públicos para a região são medidas que podem contribuir para reverter o cenário de insegurança.

Outro ponto relevante é a percepção negativa da atuação da GCM. Os entrevistados demonstram pouca confiança na capacidade da GCM de garantir a segurança na região, associando-a principalmente à aplicação de multas de trânsito, sem um papel ativo na prevenção de crimes. Isso revela uma falha na política pública de segurança, que precisa reconsiderar o papel da GCM dentro de uma estratégia mais ampla de policiamento urbano. O planejamento urbano, por sua vez, precisa incluir a integração de forças de segurança bem-preparadas e presentes, capazes de atuar preventivamente nos espaços públicos, promovendo a sensação de proteção.

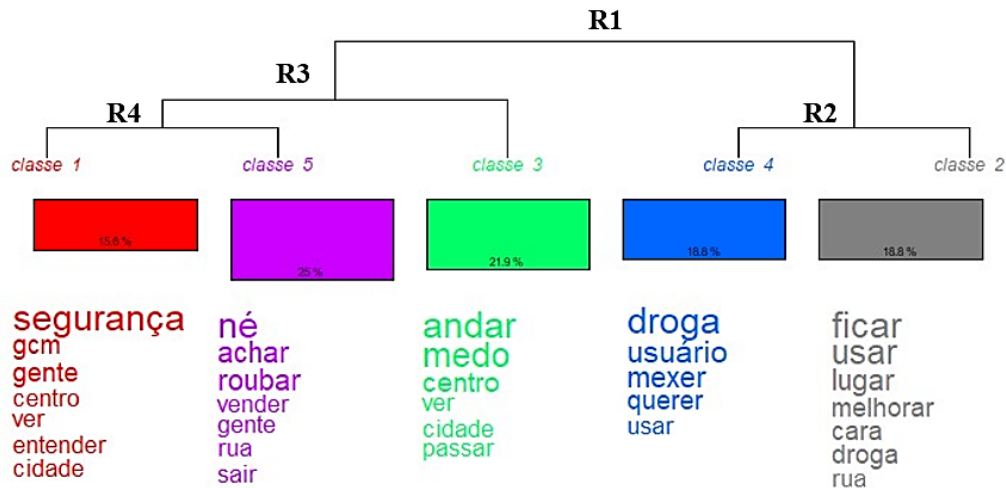
A análise também revela a percepção de que a Polícia Militar tem um papel mais efetivo na manutenção da segurança, com constantes patrulhas na região. Contudo, mesmo com essa presença, os moradores ainda relatam um medo contínuo, indicando que as ações repressivas por si só não têm sido suficientes para mudar a percepção de insegurança. Isso sugere que políticas públicas devem incluir não apenas o reforço policial, mas também estratégias de longo prazo que envolvam a revitalização urbana, inclusão social e criação de oportunidades econômicas que possam reduzir a criminalidade na origem.

O medo relatado pelos entrevistados, associado ao trabalho e à vida cotidiana, revela o impacto negativo que a insegurança tem no dia a dia dos moradores e trabalhadores do centro. A constante preocupação com o crime limita a mobilidade e afeta o bem-estar da população. O planejamento urbano deve, portanto, focar na criação de ambientes públicos seguros e acessíveis, que promovam o convívio social e o desenvolvimento econômico, reduzindo o abandono dos espaços públicos e inibindo o surgimento de zonas de criminalidade.

Por fim, as entrevistas revelam a importância de se considerar a percepção dos moradores na formulação de políticas públicas. As soluções para os problemas enfrentados no centro da cidade, como a insegurança e o uso de drogas em espaços públicos, exigem uma abordagem integrada que combine estratégias de segurança com políticas de inclusão social e revitalização urbana. As políticas públicas devem se concentrar em desenvolver ambientes urbanos inclusivos, acessíveis e seguros, ao mesmo tempo em que oferecem suporte social para as populações vulneráveis, como os dependentes químicos. O planejamento urbano e as políticas de segurança pública precisam trabalhar juntos para transformar o centro da cidade em um local vibrante e seguro, capaz de atender às necessidades de todos os seus habitantes e frequentadores.

Para a realização da Análise CHD, no processamento do corpus foram classificados 52 segmentos de texto, dos quais 32 foram aproveitados, ou seja, 61,5%, sendo que, para um bom aproveitamento da análise as maiores taxas são desejáveis (acima de 60%). O gráfico seguinte demonstra o dendograma obtido:

Figura 2 - Dendograma com a porcentagem de segmento de textos em cada Classe e palavras com maior qui-quadrado na análise.



Fonte: Os autores

Para uma análise mais detalhada do dendrograma, o IRAMUTEQ mostra as relações (Rs) entre as classes, designadas como R1, R2, R3 e R4. A relação mais significativa do dendrograma é a R3, caracterizada pela associação entre as classes 1, 3 e 5, totalizando 62,5% do conteúdo analisado e sendo a relação mais representativa na análise. Por outro lado, a relação R2 é representada pela soma das classes 4 e 2 (37,5%).

A relação R3 destaca a presença marcante das palavras "Segurança", "GCM", "Roubar", "andar", "medo" e "centro". Essas classes refletem a visão dos entrevistados em relação ao problema da segurança no centro da cidade. Como mencionado anteriormente, os entrevistados relatam o medo e a insegurança ao transitarem pela região central, devido ao risco de assaltos. Portanto, a relação R3 pode ser definida como "Sensação de insegurança no centro da cidade".

Os dados obtidos pela relação R3 revelam um desafio significativo para o planejamento urbano no que se refere à segurança pública. O centro da cidade, tradicionalmente um espaço de convivência, comércio e circulação, é visto pelos moradores e frequentadores como uma área insegura, especialmente devido ao alto risco de crimes como furtos e assaltos. Essa sensação de insegurança reforça a urgência de intervenções urbanísticas que promovam maior vigilância, iluminação adequada, e espaços mais acessíveis e inclusivos, que atraiam diferentes públicos para áreas centrais, revitalizando-as e reduzindo o abandono. A integração entre as políticas de planejamento urbano e segurança pública é crucial para modificar a percepção de risco e transformar o centro da cidade em um ambiente mais seguro e atraente para os cidadãos.

Já a relação R2 evidencia a ocorrência de palavras como "droga", "usuário", "mexer", "usar", "lugar" e "rua". Essa relação entre as classes 4 e 2 (R2) traz à tona a visão dos entrevistados de que os usuários normalmente consomem drogas nas ruas e em espaços públicos. Portanto, a relação R2 pode ser definida como "Uso do espaço público para consumo de drogas".

Os dados da relação R2 indicam uma problemática ainda mais profunda no uso do espaço público. Ao invés de serem ocupados para lazer, convivência ou atividades econômicas, muitos desses espaços estão sendo utilizados para o consumo de drogas. Essa realidade expõe uma fragilidade no planejamento urbano, que não foi capaz de criar espaços acolhedores e inclusivos o suficiente para impedir o uso inadequado desses locais. O planejamento urbano precisa priorizar a criação de ambientes que promovam atividades saudáveis e de convivência, ao mesmo tempo em que se articulam com políticas de assistência social e saúde para oferecer suporte aos dependentes químicos. Sem essas ações integradas, o espaço público continuará sendo ocupado de maneira prejudicial, perpetuando a exclusão social e a degradação urbana.

A análise das relações R3 e R2 evidencia a necessidade de um planejamento urbano mais eficaz, que considere não apenas o aspecto físico da cidade, mas também os aspectos sociais e de segurança. A integração de políticas públicas, com foco na inclusão social, revitalização dos espaços públicos e uma maior presença de segurança, é fundamental para reverter os problemas identificados e melhorar a qualidade de vida na região central da cidade.

Na Tabela 1, é apresentado um resumo das relações entre as classes analisadas.

Tabela 1 - Resumo das relações entre as classes da análise da CHD.

Relações	Classes	Denominação das classes	Representatividade
R3	1+3+5	Sensação de insegurança no centro da cidade	62,5%
R2	2+4	Uso do espaço público para consumo de drogas	37,5%

Fonte: Os autores

Comparando a Tabela 1 e a Figura 2, fica claro que, embora os problemas de segurança e uso inadequado de espaços públicos sejam diferentes, eles estão inter-relacionados e ambos apontam para a necessidade urgente de uma reformulação das políticas públicas. A revitalização dos espaços urbanos da Cracolândia precisa ser pensada de maneira integrada com ações de segurança pública e inclusão social. Políticas que simplesmente removem as populações vulneráveis ou reprimem o consumo de drogas sem oferecer alternativas de assistência social e saúde, como programas de redução de danos, falham em resolver as causas estruturais dos problemas identificados.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, em São Paulo, revela a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas para enfrentar os complexos desafios da Cracolândia. A combinação de problemas como segurança pública, saúde,

exclusão social e uso inadequado dos espaços urbanos exige intervenções coordenadas entre diferentes níveis de governo, acompanhadas de uma revisão das políticas atuais para melhorar o planejamento urbano e atender às necessidades da população.

As percepções dos moradores e frequentadores indicam falhas substanciais nas políticas de segurança, que até o momento não garantiram a proteção adequada. A sensação de insegurança, mencionada por muitos entrevistados, reflete a ineficácia das ações repressivas isoladas, que não enfrentam as causas estruturais, como a marginalização e a exclusão social. Isso aponta para a necessidade de políticas de segurança mais amplas, que incluam prevenção ao crime, policiamento comunitário e estratégias urbanas mais eficientes.

Outro aspecto importante revelado é o uso inadequado dos espaços públicos, que acabam sendo ocupados por usuários de drogas, em vez de promoverem lazer e convivência. Isso demonstra a necessidade de uma abordagem proativa no planejamento urbano, que promova a inclusão social e a revitalização de áreas degradadas. A criação de espaços públicos acolhedores, aliada a programas de assistência social e saúde pública, é fundamental para reintegrar essas áreas e oferecer alternativas viáveis de ressocialização para os usuários de drogas.

A pesquisa também destaca a baixa confiança na Guarda Civil Metropolitana (GCM), que é vista como uma força limitada na resolução de problemas críticos, como o uso de drogas e crimes. Isso sugere a necessidade de reavaliar o papel da GCM, fortalecer sua atuação e integrá-la a outras forças policiais para garantir maior eficácia e confiança da população.

Além disso, o estigma enfrentado pelos usuários de drogas ainda é tratado predominantemente como um problema criminal, em vez de social. Para combater esse estigma, é necessário que o planejamento urbano se articule com políticas de saúde e assistência social. A criação de centros de acolhimento e programas de reintegração social para dependentes químicos é essencial para transformar a realidade da Cracolândia e promover uma abordagem mais humanizada.

As políticas de requalificação urbana da Cracolândia precisam ir além da simples remoção de moradores e usuários. Devem incluir medidas como moradia acessível, programas de emprego e capacitação, além de serviços de saúde e assistência contínuos. Sem essas ações integradas, o problema pode apenas ser deslocado, perpetuando o ciclo de exclusão e degradação.

A requalificação da Cracolândia exige um planejamento urbano que integre aspectos sociais e econômicos, criando condições para a inclusão e o desenvolvimento sustentável. A coordenação entre políticas de saúde, segurança e urbanismo, aliada à oferta de moradia e oportunidades de trabalho, pode romper o ciclo de marginalização. Políticas públicas eficazes e integradas, que combatam as causas estruturais da degradação urbana, são essenciais para transformar a Cracolândia e promover uma revitalização verdadeiramente inclusiva e sustentável.

Portanto, para que as soluções sejam efetivas, é crucial que as políticas públicas voltadas à Cracolândia sejam planejadas a longo prazo, garantindo continuidade mesmo diante de mudanças administrativas. A coordenação entre governo e sociedade civil deve assegurar que ações nas áreas de segurança, saúde, inclusão social e revitalização urbana sejam mantidas, promovendo transformações duradouras. Apenas com esse compromisso será possível romper o ciclo de exclusão social e garantir uma revitalização sustentável da região.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. Cuidar e reprimir: 25 anos de políticas públicas na Cracolândia. SMAD- **Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**, v.19, n.3, p. 28-37, 2023.
- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 14, p. 465-488, 2021.
- BOCAFOLI, M. F.D.; SANTOS, J. M. "Cracolândia" na escola: um debate possível. **UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 10, n. 1, 2023.
- CAMARGO, P. D. O.; OLIVEIRA, M. M. D.; RAUPP, L. M.; PEREIRA, G. B.; RAMOS, C. I. Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia. **Saúde e Sociedade**, v.31, 2022.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, 2013.
- CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- COLLIER, T. N. **Pedra, papel e tesoura: direitos humanos, redução de danos e política pública na Cracolândia de São Paulo**. 2020. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020
- DUARTE, P. Y. B. **A necessidade da reforma da lei de drogas: uma análise sobre a (in)eficiência do combate às drogas**. 2023. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2023.
- EXNER, M. et al. **Comparação de Políticas Públicas voltadas ao enfrentamento do crack em São Paulo**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019. 40 f.
- FILGUEIRAS, C.A.C.; MEDEIROS, R.P.; PICHON, P.; URIBELARREA, G. Vida na rua: contribuições analíticas do campo das ciências sociais. **Revista Ciência e Sociedade**, v.19, n.1, p. 1-10, 2019.
- FOGAÇA, A. F. de O. **Campos Elíseos em disputa: território, sujeitos e coletividades**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

JESUS, D. S. **O uso do crack e alcoolismo na população em situação de vulnerabilidade social**. 2020. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Anhanguera, Unidade Belenzinho, São Paulo, 2020.

LIESENBERG, C.; SCABIN, N. L. C. Alteridade sem voz: a Cracolândia de São Paulo no discurso do jornalismo de referência. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 2, p. 165-174, 2020.

MEDEIROS, A.; SILVA, G. B.; LINDOLFO, L. S.; PAULA, V. Do programa de braços abertos ao programa redenção: uma análise sobre as políticas públicas na cracolândia na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Development**, 2023.

MELO, C. **Como usar o Iramuteq?** Recuperado em 11 out. 2023. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=toTEOutfbu8>.

PETRELLA, G. M.; PEREIRA, P. C. X. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

PIAI, A. G. **Dimensão subjetiva da guerra às drogas no território denominado Cracolândia**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

PINHEIRO, L. D. R. A. **Programa “De Braços Abertos” e a lógica da redução de danos**. 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

RODRIGUES, C. O. **A Cracolândia no contexto de guerra às drogas: um estudo do caso de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://repositoriodigital.unicamp.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L. F. **Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’**. São Paulo: Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPDP)/Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2016. 122 p.

SOUZA, M.A.R.; WALL, L.M.; THULER, A.C.M.C.; LOWEN, I.M.V.; PERES, A.M. O uso do software Iramuteq na análise de dados de pesquisas qualitativas. **Revista de Enfermagem da USP**, v.52, 7p, 2018.

SILVA, R. W. Militarização do espaço urbano: a atuação da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo em um período de intensificação do conflito no centro das grandes cidades. **Revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP**, v. 9, n. 3, 2022.

SPIESS, W. Ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo: novas formas de pensar o urbanismo? Seminário Internacional de Investigação, 15, 2020, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa, 15p, 2020.